

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 2003 (Apenso o Projeto de Lei Complementar n.º 107/2003)

Altera a redação do art. 42 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo novas regras nos casos de renúncia ao exercício da titularidade de Poder ou Órgão.

Autor: Deputado LUIZ SÉRGIO

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do nobre Deputado **Luiz Sérgio**, que altera a redação do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, vedando ao titular de Poder ou órgão, nos oito últimos meses não apenas do seu mandato, mas agora também anteriores a sua renúncia não involuntária, a contração de obrigação ou despesas que não possam ser integralmente cumpridas dentro do período de mandato ou que tenham parcelas a serem pagas em período seguinte à renúncia, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para tal fim.

Na Justificativa, o autor lembra que, com muita razão, a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu regras rígidas para os titulares de Poder ou Órgão, nas três esferas de Governo, a serem observadas no encerramento dos respectivos mandatos, a fim de preservar os Entes públicos de mazelas, comuns no passado recente, derivadas da gestão temerária dos recursos públicos quando da transição no exercício dos mandatos.

Enxerga, no entanto, uma lacuna legal que dá origem a abusos, sobretudo entre membros do Poder Executivo, que renunciaram a mandatos para concorrerem a outros cargos eletivos, transferindo a seus sucessores compromissos de natureza financeira de curto e médio prazos não compatíveis ou mesmo inconsistentes com a disponibilidade efetiva de recursos financeiros, criando assim situações de difícil contorno para seus sucessores.

A alteração proposta sujeita, pois, o titular de poder ou órgão que renuncie ao seu mandato às mesmas responsabilidades fiscais daqueles em finais de mandato, às penalidades e punições de que trata o art. 73 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Examinando a proposição, a Comissão de Finanças e Tributação, acompanhando o voto do Relator, Deputado João Correia, opinou unanimemente pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesas públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, rejeitou o Projeto de Lei Complementar n.º 10, de 2003.

Foi apensado à proposição o Projeto de Lei Complementar n.º 107, de 2003, do Deputado Nelson Marquezelli, que acrescenta parágrafo aos artigos 42 e 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais parágrafos excepcionam *“as despesas autorizadas pela lei orçamentária em vigor, as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, de convênios, de ajuste, de acordo ou congêneres em andamento e as destinadas ao pagamento do serviço da dívida”* das despesas vedadas pelo artigo 42, e afirmam que serão também consideradas nas disponibilidades de caixa dos entes da Federação as receitas tributárias pertencentes ao exercício financeiro, ainda que não inscritas em Dívida Ativa. Tal proposição não foi objeto de apreciação pela Comissão de Finanças e Tributação.

Nos termos dos artigos 32, IV, a, e 139, II, c do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade, da regimentalidade e da técnica legislativa das proposições, que tramitam em regime de prioridade (RICD, art. 151, II, b, 1), e estão sujeitas à apreciação do Plenário (RICD, art. 24, II, a).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de tema concernente à moralidade pública, ao orçamento e ao direito administrativo, de competência legislativa concorrente da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria (CF, art. 48, *caput*), e é legítima a iniciativa do parlamentar, fundada no que determina o artigo 61 da Carta da República, não incidindo, na espécie, quaisquer das reservas à sua iniciativa.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, constatamos, de igual forma, o atendimento aos requisitos materialmente constitucionais, não havendo reparos à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição, que resta bem inserida no ordenamento jurídico pátrio.

Também no que concerne à técnica legislativa, entendemos obedecidos no projeto os preceitos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, modificada pela Lei Complementar n.º 107, de 2001.

Votamos, assim, pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** dos Projetos de Lei Complementar n.º 10 e 107, de 2003, apensados.

Lembramos, mais uma vez, para quando as proposições vão a Plenário, que o Projeto de Lei Complementar n.º 107, de 2003, posteriormente apensado à proposição principal, não foi objeto de apreciação pela Comissão de Mérito.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator